



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16602 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 15 - Educação Especial

Participação social das pessoas com deficiência na formulação das políticas públicas recentes de educação especial no Brasil: aproximações desde a produção acadêmica
 Mariana Lúcia Agnese Costa E Rosa - USP- Universidade de São Paulo
 Carla Biancha Angelucci - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Participação social das pessoas com deficiência na formulação das políticas públicas recentes de educação especial no Brasil: aproximações desde a produção acadêmica

Introdução

O presente trabalho relaciona-se à pesquisa de mestrado em andamento sobre a participação social de pessoas com deficiência na formulação de políticas públicas de educação escolar no período recente.

Neste recorte estabelecido, analisamos se e como a participação social das pessoas com deficiência está registrada nas produções científicas brasileiras, quais foram os modos escolhidos para conhecer sua abrangência, organização e alcance, quais os demais agentes que compõem a arena de disputas e sua influência no processo. A delimitação do *corpus* se deu por meio da investigação de produções científicas – dissertações, teses e artigos – em dois dos principais repositórios da pesquisa nacional: o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e o portal Scientific Electronic Library Online (SciELO). As buscas se deram no período de julho a novembro de 2023, com seis combinações distintas de descritores: 1) movimento

social, deficiência, política, educação *especial*; 2) movimento social, deficiência, educação; 3) deficiência, política, educação; 4) participação social, deficiência, política, educação; 5) política, educação *especial*, participação, deficiência; 6) luta, educação *especial*, deficiência, movimento social.

Desenvolvimento

Não se produziram dissertações, teses ou artigos sobre o objeto proposto nesta pesquisa, porém, de um total de 1.407 trabalhos recuperados, identificamos 17 trabalhos que tangenciam o objeto e se inserem no tema desta pesquisa, sendo 8 teses, 2 dissertações e 7 artigos, publicados no período compreendido entre 2010 e 2022, o que nos permite esboçar contornos e sustentar hipóteses, uma vez que oferecem pistas e indícios sobre a articulação entre deficiência, movimento social, políticas públicas e educação *especial* na perspectiva *inclusiva*.

Das 17 produções analisadas, 14 adotam a análise documental como estratégia de investigação. Há, ainda, 1 artigo que realiza estudo de caso sobre tentativa de alteração da Política Nacional de Educação *Especial* na Perspectiva da Educação *Inclusiva* (Brasil, 2008); 1 tese que realizou grupos focais com coletivos de autodefensoria de jovens com deficiência intelectual e outra tese que registrou histórias de lideranças dos movimentos sociais de pessoas com deficiência por meio de história oral de vida.

7 dos trabalhos se inserem em programas de pós-graduação em Educação, 2 em História e um em Comunicação. Ainda sobre os trabalhos de pós-graduação, 8 foram produzidos na região sudeste e 2 na região sul.

O resultado do levantamento revela a escassa produção acadêmica sobre o tema no Brasil. Ainda que sejam numerosos e variados os trabalhos que discorrem sobre as políticas públicas brasileiras em educação especial, poucos são os que as tomam como objeto de disputas e tensões entre diferentes grupos de interesses. Fora do arco das relações socioestatais, com seus repertórios de interação e implicações de processo, há o risco de compreender tais políticas como dados de uma realidade supostamente pacificada.

Na direção oposta, as 17 produções científicas identificadas politizam o debate, desvelando o campo de forças em torno dos direitos das pessoas com deficiência, de modo geral, notadamente durante o período das assembleias constituintes e conferências nos governos de Lula e Dilma, e em relação ao direito

à educação escolar, especificamente. Essa perspectiva crítica, que realça as disputas nas relações entre sociedade e educação, reconhecendo a multiplicidade de agentes, é um diferencial na produção do conhecimento na área.

Essas produções científicas nos ensinam que as lutas no campo da educação especial não podem ser compreendidas de forma apartada das disputas pelas políticas educacionais, de modo geral. As autoras reunidas nesse *corpus* nos dizem da necessidade de a educação dos sujeitos vinculados à educação especial ser pensada e disputada para além da *inclusão* escolar, inserindo-se na formulação de uma leitura crítica da realidade social, que articula também os marcadores de classe.

No entanto, no que se refere ao objeto deste trabalho, qual seja, a participação social das pessoas com deficiência na formulação das políticas públicas da educação especial no Brasil, não foram identificadas produções científicas que enfoquem a agência e a incidência das pessoas com deficiências nesse processo.

Outro aspecto a ser mencionado é que o debate científico sobre a temática tem sido capaz de interrogar a produção do assistencialismo como “a política da deficiência” ou “para a deficiência”, e também de problematizar a *inclusão* escolar num sistema econômico que se estrutura numa raiz excludente, mas segue insuficiente quanto ao reconhecimento dos sujeitos da educação *especial*, destacadamente as crianças, como interlocutores de pesquisa (Costa et al, 2022).

Conclusões

Indagamos se temos sido capazes de empreender a perspectiva emancipatória (Oliver, 1992), seja na formulação das políticas públicas da Educação, seja nas pesquisas científicas no campo. A revisão de literatura que apresentamos nos permite afirmar que os estudos se posicionam a partir do modelo social da deficiência, mas, em sua maioria, ainda não dialogam com os Estudos da Deficiência (Disability Studies), ou seja, não assumem a interlocução com o campo de conhecimento produzido pelas pessoas com deficiência. Ignorar a legitimidade desses saberes contribui para impedir o reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos; desqualificar o conhecimento por elas produzido também corrobora a desqualificação, seja individual, seja coletiva, de sua capacidade de aprender.

Além de limitar perspectivas, a insuficiência do reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos históricos, como interlocutores das pesquisas científicas, e como intelectuais que fundam um campo de conhecimento, tem circunscrito boa parte das produções em educação especial ao debate de políticas ou da Educação sem sujeitos, nas quais a deficiência é tomada como objeto de análise, como domínio a ser descrito.

Referências

COSTA, Laureane; ANGELUCCI, Biancha; ROSA, Mariana. Confluências entre deficiência e infância: um ensaio sobre opressões e políticas de cuidado. **Zero a seis**, v. 24, 2022.

OLIVER, Mike. Changing the Social Relations of Research Production? **Disability, Handicap & Society**, v. 7, 1992.